

DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA FORMAÇÃO DOCENTE: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NO ENSINO FUNDAMENTAL

CHALLENGES AND PERSPECTIVES IN TEACHER EDUCATION: INCLUSIVE PEDAGOGICAL PRACTICES IN ELEMENTARY SCHOOL

DESAFIOS Y PERSPECTIVAS EN LA FORMACIÓN DOCENTE: PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS EN LA ENSEÑANZA PRIMARIA

Michel dos Reis da Silva

Mestrando em Educação, Christian Business School, França

E-mail: michel_dsilva@outlook.com

Diógenes José Gusmão Coutinho

Doutor em Biologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

E-mail: diogenes.gusmao@cbseducation.com

Resumo

A formação de professores é um dos alicerces para a construção de uma educação inclusiva e de qualidade. Este artigo discute os desafios e as possibilidades que se apresentam no processo formativo dos docentes do ensino fundamental, especialmente no que se refere às práticas pedagógicas inclusivas. A pesquisa tem caráter bibliográfico e dialoga com autores clássicos e atuais da área da educação, buscando compreender como o preparo inicial e a formação continuada podem contribuir para superar barreiras pedagógicas no cotidiano escolar. Os resultados apontam para a importância de políticas públicas consistentes, de currículos que valorizem a diversidade e de metodologias que promovam equidade nas aprendizagens. Conclui-se que investir em uma formação docente inclusiva é essencial para consolidar uma escola democrática, capaz de acolher e respeitar a pluralidade social e cultural dos estudantes.

Palavras-chave: Formação de professores; Inclusão escolar; Práticas pedagógicas; Ensino fundamental; Diversidade.

Abstract

Teacher training is one of the foundations for building an inclusive, high-quality education. This article discusses the challenges and opportunities that arise in the training process for elementary school teachers, especially regarding inclusive pedagogical practices. The research is bibliographic in nature and engages with classic and current authors in the field of education, seeking to understand how initial preparation and ongoing training can contribute to overcoming pedagogical barriers in everyday school life. The results highlight the importance of consistent public policies, curricula that value diversity, and methodologies that promote equity in learning. It is concluded that investing in inclusive teacher training is essential to consolidate a democratic school, capable of welcoming and respecting the social and cultural diversity of students.

Keywords: Teacher training; School inclusion; Pedagogical practices; Elementary education;

Diversity.

Resumen

La formación del profesorado es uno de los pilares para la construcción de una educación inclusiva y de calidad. Este artículo discute los desafíos y las posibilidades que se presentan en el proceso formativo de los docentes de la enseñanza primaria (o educación fundamental), especialmente en lo que se refiere a las prácticas pedagógicas inclusivas. La investigación es de carácter bibliográfico y dialoga con autores clásicos y actuales del área de la educación, buscando comprender cómo la preparación inicial y la formación continua pueden contribuir a superar barreras pedagógicas en el día a día escolar. Los resultados señalan la importancia de políticas públicas consistentes, de currículos que valoren la diversidad y de metodologías que promuevan la equidad en los aprendizajes. Se concluye que invertir en una formación docente inclusiva es esencial para consolidar una escuela democrática, capaz de acoger y respetar la pluralidad social y cultural de los estudiantes.

Palabras clave: Formación del professorado; Inclusión escolar; Prácticas pedagógicas; Escuela primaria; Diversidad.

1. Introdução

Nas últimas décadas, a educação inclusiva tem se firmado como um dos maiores desafios e, ao mesmo tempo, como uma das principais conquistas das políticas educacionais no Brasil e no cenário internacional. O entendimento de que todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, sociais, culturais ou cognitivas, têm direito ao acesso, à permanência e à aprendizagem na escola regular representa um avanço histórico, estreitamente relacionado à construção de sociedades mais democráticas e justas. No entanto, transformar esse ideal em prática cotidiana depende, de forma direta, da formação de professores preparados para desenvolver estratégias pedagógicas inclusivas e contextualizadas.

A formação docente, tanto inicial quanto continuada, ocupa um lugar central nesse processo. Como aponta Tardif (2014), os saberes do professor não são estáticos: eles se constituem na prática, no diálogo com os alunos e também na formação acadêmica, revelando a complexidade da profissão em uma realidade

marcada pela diversidade. Preparar educadores para atuar em contextos inclusivos, portanto, vai muito além da transmissão de conteúdos técnicos.

Envolve a construção de uma postura ética, reflexiva e crítica diante das diferenças, de modo a reconhecer nelas uma oportunidade de enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem. O marco legal brasileiro reforça esse compromisso. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) estabelece a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, orientando os sistemas de ensino a oferecer recursos e serviços de apoio especializados sempre que necessário. De forma complementar, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) amplia essa garantia, determinando adaptações curriculares e a preparação de professores para atender à diversidade presente nas salas de aula.

Apesar dessas conquistas, estudos apontam que a formação de professores ainda enfrenta fragilidades. Muitas vezes, os cursos de licenciatura abordam a inclusão de maneira superficial ou fragmentada (NÓVOA, 1999; LIBÂNEO, 2020), e a ausência de políticas públicas sólidas para a formação continuada dificulta que os docentes encontrem suporte efetivo para lidar com os desafios cotidianos da prática pedagógica. Diante desse cenário, este artigo busca analisar os desafios e as perspectivas da formação docente voltada às práticas pedagógicas inclusivas no ensino fundamental. O objetivo é refletir sobre como políticas, currículos e metodologias podem contribuir para consolidar uma escola que valorize a diversidade e assegure o direito de aprender a todos os estudantes.

2. Objetivos Gerais

Compreender como a formação de professores pode ajudar na construção de práticas pedagógicas inclusivas no ensino fundamental, identificando os desafios mais presentes nesse processo e as possibilidades de melhoria para tornar a escola mais acolhedora e democrática.

3. Revisão da Literatura

Este estudo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa. Como destaca Gil (2017), esse tipo de investigação permite compreender um fenômeno a partir da análise de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais. A opção por essa metodologia se mostrou adequada por possibilitar uma reflexão aprofundada sobre conceitos, teorias e políticas que envolvem a formação de professores para práticas pedagógicas inclusivas. Para orientar a pesquisa, foram utilizados descritores como formação de professores, inclusão escolar, práticas pedagógicas, diversidade na educação e políticas educacionais. Foram incluídos no levantamento trabalhos que abordassem especificamente a formação docente em relação à educação inclusiva, com foco no ensino fundamental. Por outro lado, foram excluídos estudos voltados apenas ao ensino superior ou à formação técnica sem vínculo direto com a inclusão escolar.

A análise dos dados ocorreu por meio de uma leitura crítica e comparativa das obras selecionadas. Essa abordagem interpretativa possibilitou identificar não apenas os desafios que ainda persistem na formação de professores, mas também as perspectivas que apontam caminhos para fortalecer a educação inclusiva no contexto brasileiro.

3.1 A educação inclusiva no Brasil

A trajetória da educação inclusiva no Brasil é fruto de um processo histórico de luta pelos direitos humanos e pela democratização do ensino. Inspirada em documentos internacionais, como a Declaração de Salamanca (1994), essa perspectiva ganhou destaque especialmente após a Constituição Federal de 1988, que garantiu a todos o direito à educação, sem discriminações. Saviani (2008) ressalta que a escola pública brasileira sempre conviveu com contradições: ao mesmo tempo em que defende o discurso democrático do acesso universal, manteve

práticas seletivas e exclucentes que limitavam a aprendizagem de estudantes considerados “fora da norma”. A proposta inclusiva, nesse sentido, representa uma ruptura com esse modelo tradicional, propondo a valorização da diversidade como parte constitutiva do espaço escolar.

3.2 Formação docente e práticas pedagógicas inclusivas

A formação de professores é um eixo central para a consolidação da educação inclusiva. Para Nóvoa (1999), o processo formativo não deve se reduzir a técnicas ou procedimentos, mas precisa integrar saberes pedagógicos, experiências práticas e reflexões críticas, de forma a fortalecer identidades docentes comprometidas com a transformação social. Libâneo (2020) reforça essa ideia ao destacar que práticas inclusivas exigem do professor muito mais do que domínio de conteúdo. É necessário desenvolver competências de mediação, empatia, flexibilidade e o uso de metodologias diferenciadas que atendam às necessidades de cada estudante. Nesse contexto, a formação inicial deveria contemplar em seus currículos componentes que tratem da diversidade, das políticas de inclusão e de metodologias específicas de ensino. Porém, como observa Mizukami (2006), esse aspecto costuma aparecer de forma periférica, o que compromete a preparação efetiva dos futuros professores. Já a formação continuada surge como espaço essencial para o aperfeiçoamento docente. Tardif (2014) lembra que os saberes do professor se constroem na prática cotidiana, o que evidencia a necessidade de políticas de formação continuada que dialoguem com os desafios concretos vividos nas escolas.

3.3 Desafios da formação docente para a inclusão

Apesar dos avanços legais e teóricos, a prática da educação inclusiva ainda enfrenta obstáculos importantes. Entre eles, destaca-se a fragilidade dos cursos de licenciatura, que continuam apresentando currículos fragmentados e pouco conectados à realidade escolar. Nóvoa (1999) defende que a formação docente deve

ser permanente, articulando prática e reflexão crítica. Contudo, muitos programas ainda mantêm uma lógica tecnicista, centrada em conteúdos disciplinares, sem espaço suficiente para a discussão da diversidade. As condições estruturais das escolas também dificultam o avanço da inclusão. Arroyo (2012) aponta que a falta de recursos, a escassez de apoio pedagógico e a sobrecarga de trabalho docente tornam desafiadora a implementação de práticas inclusivas. Além disso, não é raro que professores relatem insegurança diante da diversidade de necessidades educacionais presentes em sala, o que pode levar a práticas de exclusão sutis, ainda que não intencionais.

Outro desafio é de ordem cultural. Como lembra Saviani (2008), a escola brasileira foi historicamente marcada por práticas seletivas e meritocráticas, que reproduzem desigualdades. Romper com essa lógica demanda não apenas mudanças estruturais, mas também uma transformação profunda na mentalidade de professores, gestores e da comunidade escolar como um todo.

Por fim, a formação continuada ainda enfrenta limites. Embora prevista em documentos oficiais, muitas vezes ela se resume a iniciativas pontuais, sem articulação com a realidade da escola. Libâneo (2020) chama a atenção para a necessidade de programas mais consistentes, que apoiem de fato o desenvolvimento profissional e evitem propostas meramente normativas ou distantes da prática cotidiana.

3.4 Perspectivas para a formação docente inclusiva

Mesmo diante desses desafios, existem perspectivas promissoras para fortalecer a formação de professores e a prática pedagógica inclusiva no ensino fundamental. Uma delas é a incorporação de metodologias ativas, que colocam o estudante no centro do processo de aprendizagem e possibilitam maior flexibilidade nas estratégias de ensino. Mizukami (2006) defende que metodologias como projetos, aprendizagem cooperativa e resolução de problemas favorecem a construção de conhecimentos significativos e ampliam a participação de todos os alunos. Outro caminho importante é o fortalecimento da formação continuada em

serviço, organizada a partir das demandas reais dos professores.

Para Nóvoa (1999), a escola deve ser entendida também como espaço formativo, no qual os docentes possam refletir sobre suas práticas, compartilhar experiências e construir saberes coletivos. Essa visão rompe com a ideia de que a formação acontece apenas em cursos externos, valorizando o cotidiano escolar como espaço de aprendizagem profissional.

As tecnologias digitais também abrem possibilidades. Recursos acessíveis, plataformas inclusivas e ferramentas interativas podem ampliar o acesso ao conhecimento e apoiar práticas pedagógicas mais equitativas. Entretanto, como lembra Tardif (2014), a tecnologia não é solução em si, é preciso preparo pedagógico para que ela seja usada de forma crítica e significativa. Do ponto de vista das políticas públicas, é essencial integrar programas de formação docente, financiamento adequado e acompanhamento pedagógico. O Plano Nacional de Educação (2014–2024) já estabelece metas nesse sentido, mas sua efetivação encontra entraves. Saviani (2008) reforça que uma política educacional inclusiva só se concretiza quando vinculada a um projeto democrático de sociedade, em que a inclusão não seja apenas discurso, mas prática cotidiana. Por fim, a formação docente inclusiva deve se apoiar em uma perspectiva crítica e emancipatória. Paulo Freire (2019) lembra que ensinar não é apenas transmitir conhecimento, mas criar condições para que os sujeitos possam compreender o mundo e atuar de maneira crítica sobre ele. Assim, a inclusão precisa ser entendida não apenas como adaptação de práticas, mas como compromisso ético e político com a construção de uma escola que respeite e valorize as diferenças.

3.4.1 Pontos recorrentes nas pesquisas sobre a formação docente voltada à educação inclusiva

O primeiro deles diz respeito à formação inicial, ainda marcada por lacunas significativas no que se refere à preparação para lidar com a diversidade em sala de aula. Como destacam Mizukami (2006) e Libâneo (2020), os cursos de licenciatura muitas vezes priorizam conteúdos técnicos e disciplinares, deixando em segundo

plano discussões sobre inclusão, equidade e práticas pedagógicas adaptadas. Essa ausência compromete a construção de uma base sólida para que o futuro professor atue de forma inclusiva desde o início de sua carreira.

Outro aspecto que aparece de forma consistente na literatura é a fragilidade das políticas de formação continuada. Embora previstas em documentos oficiais, essas ações tendem a ser pontuais, pouco articuladas ao cotidiano escolar e, por vezes, distantes da realidade vivida pelos docentes (Nóvoa, 1999; Tardif, 2014). Isso reforça a ideia de que a formação precisa ser pensada como processo permanente, em que teoria e prática caminhem juntas, em diálogo com os desafios concretos da sala de aula.

A análise também mostrou as condições estruturais precárias enfrentadas por muitas escolas brasileiras. A falta de recursos materiais, de apoio pedagógico adequado e de infraestrutura acessível, como aponta Arroyo (2012), acaba por limitar as possibilidades de efetivação de práticas inclusivas. Em tais contextos, mesmo professores comprometidos e dispostos a inovar encontram barreiras para transformar o discurso da inclusão em ação cotidiana.

Por outro lado, a literatura destaca o potencial das metodologias ativas como caminho promissor. Quando aplicadas, favorecem a aprendizagem colaborativa, a valorização das diferenças e o protagonismo dos estudantes, conforme argumenta Mizukami (2006). Essas metodologias permitem flexibilizar estratégias de ensino e criar ambientes de aprendizagem mais participativos, o que se mostra fundamental para o avanço da inclusão. Um quinto ponto identificado refere-se à necessidade de mudança cultural. Como ressalta Saviani (2008), a escola brasileira ainda carrega marcas de práticas seletivas e meritocráticas, que historicamente reproduzem desigualdades. A construção de uma educação verdadeiramente inclusiva exige transformação não apenas de políticas e currículos, mas também das mentalidades de professores, gestores e da comunidade escolar como um todo.

Ao relacionar esses achados com o cenário das políticas educacionais brasileiras, percebe-se que, embora haja marcos legais significativos, ainda persiste uma distância entre a teoria e a prática. A inclusão efetiva não se dará apenas pela criação de novos documentos normativos, mas pela consolidação de processos

formativos que articulem teoria, prática e reflexão crítica. Isso implica repensar tanto os currículos das licenciaturas quanto a forma como se estruturam os programas de formação continuada, de modo que os professores tenham condições reais de enfrentar os desafios de uma escola diversa e plural.

3. Considerações Finais

Este artigo analisou os desafios e perspectivas da formação docente voltada às práticas pedagógicas inclusivas no ensino fundamental. A partir da revisão bibliográfica, constatou-se que, embora haja marcos legais e políticas que assegurem o direito à inclusão, a formação de professores ainda enfrenta lacunas significativas, tanto na formação inicial quanto na continuada. Os desafios identificados foram a insuficiência curricular nos cursos de licenciatura, a ausência de políticas consistentes de formação continuada, a precariedade das condições estruturais das escolas e a persistência de práticas seletivas e excludentes. Por outro lado, as perspectivas apontam para a valorização das metodologias ativas, o fortalecimento da formação continuada em serviço, o uso crítico das tecnologias e a necessidade de políticas públicas integradas e eficazes.

Conclui-se que a formação docente inclusiva deve ser compreendida como processo permanente, crítico e emancipatório, capaz de articular saberes pedagógicos, experiências práticas e compromisso ético com a diversidade. Como perspectiva para estudos futuros, sugere-se a realização de pesquisas empíricas que investiguem experiências concretas de formação docente inclusiva, a fim de subsidiar políticas educacionais mais eficazes e alinhadas às demandas da escola contemporânea.

Referências

- ARROYO, Miguel. Ofício de mestre: imagens e autoimagens. Petrópolis: Vozes, 2012.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2020.
- MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 2006.
- NÓVOA, António. Profissão professor. Porto: Porto Editora, 1999.
- SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.
- TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2014.